Detalhe de Oferta de Emprego

Código da Oferta:	OE202611/0913
Tipo Oferta:	Procedimento Concursal para Cargos de Direção
Estado:	Pendente
Nível Orgânico:	Ministério das Finanças
Organismo	Entidade Orçamental
Regime:	Cargos não inseridos em carreiras
Cargo:	Direcção Intermédia de 1ºgrau
Área de Actuação:	Diretor de Departamento de Acompanhamento Setorial das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e do Ambiente e Energia, da Entidade Orçamental de acordo com o previsto no artigo 10º da Portaria n.º 233/2025/1, de 26 de maio e no artigo 4.º do Despacho n.º 6219/2025, publicado no DRE de 3 de junho.
Remuneração:	3822,56
Sumplemento Mensal:	573.38 EUR
Conteúdo Funcional:	As funções inerentes ao cargo são as previstas no artigo 10º da Portaria n.º 233/2025/1, de 26 de maio e no artigo 4.º do Despacho n.º 6219/2025, publicado no DRE de 3 de junho.
Habilitação Literária:	Licenciatura
Descrição da Habilitação:	Licenciatura preferencialmente em Economia, Finanças, Gestão.
Perfil:	Sólida e comprovada experiência nas áreas de preparação do Orçamento do Estado, produção de normas legais e instruções em matérias orçamentais, elaboração da Conta Geral do Estado, análise e autorização de pedidos de libertação de créditos, designadamente nas que decorrem das competências atribuídas ao Departamento de Acompanhamento Setorial das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e do Ambiente e Energia, previstas no artigo 10º da Portaria n.º 233/2025/1, de 26 de maio e no artigo 4.º do Despacho n.º 6219/2025, publicado no DRE de 3 de junho. Capacidade de coordenação, chefia ou direção, em particular aos níveis de: planeamento e organização; liderança, inovação e motivação de equipas; análise, sentido crítico e espírito de iniciativa; orientação para resultados; responsabilidade e compromisso com o serviço. Bom relacionamento interpessoal e capacidade de diálogo e de colaboração com entidades externas, considerando em especial as atribuições da Entidade Orçamental que implicam o envolvimento de outras entidades dos diversos subsetores das Administrações Públicas.
Métodos de Selecção a Utilizar:	Avaliação curricular e entrevista pública, podendo o júri considerar que nenhum candidato reúne condições para ser nomeado, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.
Composição do Júri:	Presidente: Dr.ª Margarida Liberato, Subdiretora-Geral da Entidade Orçamental; 1º Vogal Efetivo: Dr.ª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flôr de Morais, Diretora do Departamento de Gestão de Recursos, da Entidade do Tesouro e Finanças; 2º Vogal Efetivo: Professora Associada Ana Lúcia da Silva Romão, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Entidade Orçamental	1	Rua da Alfândega, n.º 5 - 2.º andar	Lisboa	1149004 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho:	1
Requisitos Legais de Provimento:	A- Os constantes do n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.
Requisitos de Nacionalidade:	Sim
Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social:	Aviso n.º 28793/2026/2, publicado no DRE 2.ª série, n.º 225, de 19/11, e no jornal "O Público" de 20

Apresentação de Candidaturas

Local: Entidade Orçamental - Rua da Alfandega, n.º 5, 2.º Andar, Lisboa

Formalização da Candidatura: Envio de Candidaturas para: cdd@eo.gov.pt
As candidaturas devem ser enviadas por correio eletrónico para cdd@eo.gov.pt ou enviadas através de correio registado com aviso de receção, para Entidade Orçamental, Rua da Alfandega, nº 5 – 2º - 1149-004 Lisboa.
1. A candidatura deve ser formalizada em requerimento dirigido ao Diretor-Geral da Entidade Orçamental, em envelope com indicação expressa do código da oferta da BEP, remetida pelo correio registado, para a Entidade Orçamental, Rua da Alfândega n.º 5 - 2.º andar, 1149-004 Lisboa, ou por correio eletrónico, para o endereço eletrónico cdd@eo.gov.pt, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso na bolsa de emprego público, devendo conter os seguintes elementos:
a) Indicação da referência/código do concurso a que se candidata;
b) Identificação completa (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu ou número de cartão de cidadão e sua data de validade, residência, código postal, telefone e e-mail);
c) Indicação do nível habilitacional bem como a área de formação académica e profissional;
d) Indicação da carreira ou cargo que exerce e o tempo de serviço na carreira ou cargo, na categoria e em funções públicas;
e) Quaisquer outros elementos que o candidato considere passíveis de influir na apreciação do seu mérito, nomeadamente, exercício de cargos dirigentes, os quais só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.
f) Experiência profissional (cuja descrição poderá ser remetida para o Curriculum Vitae);
g) Declarar o seu consentimento prévio para o envio de notificações decorrentes da candidatura ao presente procedimento concursal para o endereço eletrónico que ali indicar, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo;

h) Declarar o consentimento expresso do tratamento dos seus dados pessoais contidos no requerimento à Oferta na BEP e no Curriculum Vitae, nos seguintes termos: "Eu, (nome completo), declaro para os efeitos previstos no artigo 13.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril, prestar, por este meio, o meu consentimento para o tratamento dos meus dados pessoais contidos no requerimento à Oferta na BEP e no Curriculum Vitae, com a estrita finalidade de recolha e integração na base de dados deste procedimento e durante o período de tempo em que durar o mesmo.
2. Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados, obrigatoriamente dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
a) Curriculum vitae detalhado, atualizado, datado e assinado;
b) Fotocópias dos certificados comprovativos das habilitações literárias;
c) Cópias legíveis dos comprovativos das ações de formação frequentadas, relevantes para o desempenho de funções no posto de trabalho a ocupar, obtidas desde 2021, com indicação da entidade que as promoveu, período em que decorreram e respetiva duração.
d) Declaração atualizada e autenticada emitida pelo organismo a que se encontram vinculados, da qual conste, de forma inequívoca, o vínculo de emprego público, bem como a carreira e a categoria detida, indicando a antiguidade em ambas e em funções públicas.
Não serão aceites candidaturas expedidas pelo correio fora do termo do prazo fixado para sua entrega.

Contacto: 218846300

Data de Publicação 2026-11-23

Data Limite: 2026-12-09

Observações Gerais: Os candidatos serão notificados do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar à audiência de interessados, em conformidade com o n.º 13º do art.º 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15/01, na sua redação atual.
Suplemento Mensal: 573,38€ de despesas de representação e 573,38€ de suplemento pelo exercício de cargos dirigentes em organismos que asseguram atividades críticas e transversais do Estado.